

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	41
---	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	42
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	43
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	45
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2018</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	625.841.370
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>625.841.370</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
1	Ativo Total	2.031.036	2.023.807
1.01	Ativo Circulante	22.854	30.941
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.077	13.768
1.01.03	Contas a Receber	9.882	8.791
1.01.03.01	Clientes	9.882	8.751
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	40
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Parte Relacionadas	0	40
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.297	2.982
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.297	2.982
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.404	1.330
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.194	4.070
1.01.08.03	Outros	1.194	4.070
1.01.08.03.01	Adiantamentos a fornecedor	931	3.908
1.01.08.03.20	Outros	263	162
1.02	Ativo Não Circulante	2.008.182	1.992.866
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	97.504	68.426
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.702	4.058
1.02.01.07	Tributos Diferidos	89.344	54.915
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	89.344	54.915
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.312	1.271
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.146	8.182
1.02.01.10.03	Déposito judiciais	2.684	4.834
1.02.01.10.04	Diferido	1.462	3.348
1.02.03	Imobilizado	7.564	6.549
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.564	6.549
1.02.04	Intangível	1.903.114	1.917.891
1.02.04.01	Intangíveis	1.903.114	1.917.891
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.903.114	1.917.891

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2	Passivo Total	2.031.036	2.023.807
2.01	Passivo Circulante	258.793	116.093
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.647	6.147
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.647	6.147
2.01.02	Fornecedores	13.431	11.836
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.431	11.836
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.460	2.860
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.146	1.678
2.01.03.01.02	Outros tributos federais	8.146	1.678
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.314	1.182
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	66.399	62.852
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	66.399	62.852
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	66.399	62.852
2.01.05	Outras Obrigações	138.295	17.703
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	126.736	3.697
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	4.166	3.028
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	122.570	669
2.01.05.02	Outros	11.559	14.006
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	8.766	12.464
2.01.05.02.05	Taxa de fiscalização	410	399
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	2.383	1.143
2.01.06	Provisões	24.561	14.695
2.01.06.02	Outras Provisões	24.561	14.695
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	24.561	14.638
2.01.06.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	0	57
2.02	Passivo Não Circulante	978.960	1.078.470
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	530.812	576.479
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	530.812	576.479
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	530.812	576.479
2.02.02	Outras Obrigações	365.287	419.568
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	363.029	412.516
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	363.029	412.516
2.02.02.02	Outros	2.258	7.052
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	2.258	7.052
2.02.04	Provisões	82.861	82.423
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	45.532	42.080
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.050	155
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	26.872	25.855
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	17.610	16.070
2.02.04.02	Outras Provisões	37.329	40.343
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	37.329	40.343
2.03	Patrimônio Líquido	793.283	829.244
2.03.01	Capital Social Realizado	917.789	886.789
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-124.506	-57.545

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	76.427	205.622	87.596	343.486
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-82.586	-230.478	-90.181	-330.618
3.03	Resultado Bruto	-6.159	-24.856	-2.585	12.868
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.999	-15.553	-6.278	-15.496
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.018	-15.721	-6.416	-15.806
3.04.02.01	Despesas admnsitrativas	-5.596	-14.507	-6.006	-14.632
3.04.02.02	Remuneração da administração	-422	-1.214	-410	-1.174
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	19	168	138	310
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-12.158	-40.409	-8.863	-2.628
3.06	Resultado Financeiro	-20.770	-60.981	-16.854	-49.445
3.06.01	Receitas Financeiras	139	688	216	1.291
3.06.01.01	Receitas Financeiras	139	688	216	1.291
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.909	-61.669	-17.070	-50.736
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-20.909	-61.669	-17.070	-50.736
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-32.928	-101.390	-25.717	-52.073
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	11.193	34.429	8.738	17.692
3.08.02	Diferido	11.193	34.429	8.738	17.692
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-21.735	-66.961	-16.979	-34.381
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-21.735	-66.961	-16.979	-34.381
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,03470	-0,10699	-0,03030	-0,06930
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,03470	-0,10699	-0,03030	-0,06930

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-21.735	-66.961	-16.979	-34.381
4.03	Resultado Abrangente do Período	-21.735	-66.961	-16.979	-34.381

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	34.315	27.926
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	77.686	71.438
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido	-66.961	-34.381
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	89.741	61.625
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	262	28
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-34.429	-17.692
6.01.01.07	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-125	-128
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	19.724	20.941
6.01.01.09	Juros e variações monetárias sobre empréstimos	36.793	26.187
6.01.01.11	Despesas/ (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	2.584	2.467
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	4.918	3.428
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	25.179	8.963
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-43.155	-44.991
6.01.02.01	Contas a receber	-1.131	921
6.01.02.02	Contas a receber partes relacionadas	40	0
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-213	-898
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	2.150	4.723
6.01.02.06	Fornecedores	1.442	-4.826
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	2.433	391
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	-4.027	67
6.01.02.09	Obrigações sociais	500	901
6.01.02.10	Obrigações fiscais	620	-6.045
6.01.02.15	Outras contas a pagar	-5.493	2.508
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-1.466	-1.596
6.01.02.20	Pagamento de juros	-38.010	-41.137
6.01.03	Outros	-216	1.479
6.01.03.02	Despesas antecipadas	-115	1.626
6.01.03.04	Outros créditos	-101	-147
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-75.975	-218.955
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-1.440	-1.400
6.02.02	Adições ao intangível	-75.914	-216.014
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-1.804	-2.388
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	3.183	847
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	34.969	193.879
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-44.754	-40.917
6.03.07	Captação de empréstimos empresas ligadas	49.100	0
6.03.14	Aumento de capital	31.000	238.500
6.03.16	Risco Sacado	-377	-3.704
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.691	2.850
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13.768	7.426
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.077	10.276

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	886.789	0	0	-57.545	0	829.244
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	886.789	0	0	-57.545	0	829.244
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.000	0	0	0	0	31.000
5.04.01	Aumentos de Capital	31.000	0	0	0	0	31.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-66.961	0	-66.961
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-66.961	0	-66.961
5.07	Saldos Finais	917.789	0	0	-124.506	0	793.283



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	600.289	0	4.013	6.186	0	610.488
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	600.289	0	4.013	6.186	0	610.488
5.04	Transações de Capital com os Sócios	238.500	0	0	0	0	238.500
5.04.01	Aumentos de Capital	238.500	0	0	0	0	238.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-34.381	0	-34.381
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-34.381	0	-34.381
5.07	Saldos Finais	838.789	0	4.013	-28.195	0	814.607

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017</b>
7.01	Receitas	219.743	356.867
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	158.217	147.429
7.01.02	Outras Receitas	61.526	209.438
7.01.02.01	Receitas dos serviços de construção	60.234	208.131
7.01.02.02	Outras	1.292	1.307
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-133.977	-263.083
7.02.04	Outros	-133.977	-263.083
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-29.059	-27.328
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-60.234	-208.131
7.02.04.03	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-8.923	-8.496
7.02.04.04	Custos da Concessão	-5.202	-5.017
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-25.179	-8.963
7.02.04.06	Outros	-5.380	-5.148
7.03	Valor Adicionado Bruto	85.766	93.784
7.04	Retenções	-89.741	-61.625
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-89.741	-61.625
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.975	32.159
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.327	35.509
7.06.02	Receitas Financeiras	688	1.291
7.06.03	Outros	9.639	34.218
7.06.03.02	Juros Capitalizados	9.639	34.218
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.352	67.668
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.352	67.668
7.08.01	Pessoal	21.330	20.436
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.388	15.619
7.08.01.02	Benefícios	4.013	3.873
7.08.01.03	F.G.T.S.	929	944
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-20.283	-4.232
7.08.02.01	Federais	-28.295	-11.700
7.08.02.02	Estaduais	17	12
7.08.02.03	Municipais	7.995	7.456
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	46.819	51.131
7.08.03.01	Juros	36.793	26.186
7.08.03.02	Aluguéis	1.194	1.250
7.08.03.03	Outras	8.832	23.695
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	3.916	20.447
7.08.03.03.02	Despesas Financieras	4.916	3.248
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-66.961	-34.381
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-66.961	-34.381
7.08.05	Outros	25.447	34.714
7.08.05.01	Juros	19.724	20.942
7.08.05.02	Juros Capitalizados	5.723	13.772

## Comentário do Desempenho

### Autopista Fluminense

---

Niterói-RJ, 13 de novembro de 2018 – A Concessionária Autopista Fluminense S/A comenta seu resultado relativo ao terceiro trimestre de 2018 (3T18), findo em 30 de setembro de 2018. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

#### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

##### Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- No 3T18 o tráfego pedagiado registrou um volume de 10,1 milhões de veículos equivalentes. Em comparação ao observado no 3T17, o tráfego foi 1,4% maior. Em comparação ao 2T18, houve um aumento de 13%. A maior parte da variação observada no 3T18 se deve à greve dos caminhoneiros, ocorrida no final do mês de maio, que paralisou praticamente todas as rodovias do Brasil, limitando muito o fluxo de veículos nas rodovias, principalmente o fluxo de veículos pesados, o qual foi recuperado no 3T18.

##### Receita Operacional Bruta

- No 3T18 a Autopista Fluminense obteve uma receita operacional bruta de R\$ 81,3 milhões contra R\$ 92 milhões do 3T17 e R\$ 67,8 milhões do 2T18. A receita bruta de pedágio registrou um acréscimo de 11,6% em comparação ao mesmo período de 2017 (R\$ 55,9 milhões x R\$ 50,1 milhões) que se justifica pelo reajuste da tarifa de pedágio realizado em fevereiro de 2018. Compõe a variação da Receita Bruta as Receitas de Obras que resultou um decréscimo de 39,3% em comparação a 2017 devido ao menor volume de obras executadas no período.

##### Custos e Despesas

- Os custos e despesas operacionais reduziram 18,2% em relação ao 3T17. O maior impacto dessa redução foram os custos de construção que reduziram 39,3% em função do menor volume de obras executadas nesse período, sendo a contrapartida dos mesmos valores considerados como Receita de Obras anulando assim o efeito sobre o resultado da Companhia (aplicação do ICPC 01). Em compensação existiu um aumento de 71,6% nas provisões para manutenção de rodovia devido a finalizações de obras.

## Comentário do Desempenho

### Autopista Fluminense

---

#### EBITDA e EBITDA Ajustado

- A Companhia registrou EBITDA de R\$ 18,5 milhões no 3T18, aumento de 59,6% em comparação aos R\$ 11,6 milhões apresentado no 2T18. Em relação ao mesmo período do ano anterior houve um aumento de 10,3%.
- O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos da provisão de manutenção de rodovias, encerrou o 3T18 em R\$ 27,0 milhões, aumento de 19,3% em relação ao 2T18. Quando comparado ao 3T17, houve um aumento de 24,3%. Essa variação foi gerada, principalmente pelo aumento da provisão de manutenção e pela diminuição das receitas devido à greve dos caminhoneiros.

#### Resultado Financeiro

- A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 20,8 milhões no 3T18, aumento de 5,4% em relação ao 2T18. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve um aumento de 23,2%. Essa variação não foi menor devido a paralização de obras em andamento no exercício de 2018 e por este motivo existiram menos juros capitalizados.

#### Lucro/ Prejuízo Líquido

- A Autopista Fluminense registrou no 3T18 um prejuízo de R\$ 21,7 milhões contra um prejuízo de R\$ 17 milhões registrado no 3T17. Essa variação deriva por maiores custos; amortizações do intangível; provisão para manutenção de rodovias registrados e impostos diferidos no período.

#### Endividamento

- O endividamento bruto da concessionária encerrou o 3T18 em R\$ 597,2 milhões, ante R\$ 611 milhões registrado no 2T18. Essa redução é devida às amortizações de juros e principal do empréstimo junto ao BNDES no período. Já o endividamento líquido encerrou o 3T18 em R\$ 587,4 milhões contra R\$ 602,9 milhões do 2T18 devido à amortização do principal e juros do contrato de empréstimo com o BNDES.

#### Investimentos

- No 3T18, foram investidos R\$ 26,6 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão. Entre os principais investimentos realizados, cabe destacar as seguintes obras: duplicação da BR-101/RJ, entre os municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes e a terceira faixa da Avenida do Contorno; recuperação do pavimento da rodovia; construção de passarelas e implantação de pórticos e pontos de ônibus.

## Comentário do Desempenho

Autopista  
Fluminense

## ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	3T18	2T18	3T17	Var% 3T18/2T18	Var% 3T18/3T17
Fluminense	10.159	8.993	10.017	13,0%	1,4%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	3T18	2T18	3T17	Var% 3T18/2T18	Var% 3T18/3T17
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>81.341</b>	<b>67.822</b>	<b>92.063</b>	<b>19,9%</b>	<b>-11,6%</b>
Receitas de pedágio	55.901	49.483	50.110	13,0%	11,6%
Receitas de obras	25.072	17.892	41.279	40,1%	-39,3%
Receitas acessórias	368	447	674	-17,7%	-45,4%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(4.914)</b>	<b>(4.410)</b>	<b>(4.467)</b>	<b>11,4%</b>	<b>10,0%</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>76.427</b>	<b>63.412</b>	<b>87.596</b>	<b>20,5%</b>	<b>-12,8%</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>(57.888)</b>	<b>(51.797)</b>	<b>(70.788)</b>	<b>11,8%</b>	<b>-18,2%</b>
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(18.314)	(18.107)	(18.286)	1,1%	0,2%
Custo dos serv. de construção	(25.072)	(17.892)	(41.279)	40,1%	-39,3%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(5.575)	(4.352)	(5.736)	28,1%	-2,8%
Remuneração da administração	(422)	(419)	(410)	0,7%	2,9%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(8.524)	(11.071)	(4.967)	-23,0%	71,6%
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	19	44	(110)	-56,8%	-117,3%
<b>EBITDA</b>	<b>18.539</b>	<b>11.615</b>	<b>16.808</b>	<b>59,6%</b>	<b>10,3%</b>
<i>Margem EBITDA</i>	<i>24,3%</i>	<i>18,3%</i>	<i>19,2%</i>		
<b>DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>(30.697)</b>	<b>(30.045)</b>	<b>(25.671)</b>	<b>2,2%</b>	<b>19,6%</b>
Depreciação de imobilizado	(237)	(237)	(22)	0,0%	977,3%
Amortização do intangível	(29.831)	(29.179)	(25.015)	2,2%	19,3%
Amortização do diferido	(629)	(629)	(634)	0,0%	-0,8%
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(20.770)</b>	<b>(19.710)</b>	<b>(16.854)</b>	<b>5,4%</b>	<b>23,2%</b>
Receitas financeiras	139	114	216	21,9%	-35,6%
Despesas financeiras	(20.909)	(19.824)	(17.070)	5,5%	22,5%
<b>LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>(32.928)</b>	<b>(38.140)</b>	<b>(25.717)</b>	<b>-13,7%</b>	<b>28,0%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>11.193</b>	<b>12.935</b>	<b>8.738</b>	<b>-13,5%</b>	<b>28,1%</b>
Corrente	-	-	-	-	-
Diferido	11.193	12.935	8.738	-13,5%	28,1%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>(21.735)</b>	<b>(25.205)</b>	<b>(16.979)</b>	<b>-13,8%</b>	<b>28,0%</b>

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	3T18	2T18	3T17	Var% 3T18/2T18	Var% 3T18/3T17
<b>EBITDA *</b>	<b>18.539</b>	<b>11.615</b>	<b>16.808</b>	<b>-59,6%</b>	<b>10,3%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	8.524	11.071	4.967	-23,0%	71,6%
<b>EBITDA Ajustado *</b>	<b>27.063</b>	<b>22.686</b>	<b>21.775</b>	<b>19,3%</b>	<b>24,3%</b>

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Concessionária Autopista Fluminense S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* [www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

## **Notas Explicativas**

# ***Autopista Fluminense S.A.***

Informações Trimestrais para o Trimestre  
e Período de Nove Meses Findos em 30 de  
Setembro de 2018

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores  
Independentes

## Notas Explicativas

### AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Niterói, Estado de Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua XV de Novembro, nº 4, Sala 901, Torre Sul, Centro. Constituída em Assembleia Geral de 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário-BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa do RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender às suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 30 de setembro de 2018 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$235.939 (R\$85.152 em 31 de dezembro de 2017).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos classificados no circulantes, e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A emissão das informações financeiras trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 13 de novembro de 2018.

#### 2. CONCESSÕES

No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pelo mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$2.665. A partir de 30 de setembro de 2018 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de

## Notas Explicativas

R\$38.420 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

A Sociedade estima em 30 de setembro de 2018, o montante de R\$739.452 (R\$821.478 em 31 de dezembro de 2017) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$361.966 (R\$272.483 em 31 de dezembro de 2017) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de setembro de 2018 e de 31 de dezembro de 2017 estas obras estão estimadas em R\$1.241.016. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

A Sociedade celebrou Termo de Ajuste de Conduta ("TAC"), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura desse TAC, a Sociedade, vem realizando o equivalente a R\$31.200 em novas obras não previstas no contrato de concessão, que já estão em andamento e trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão. Parte dessas obras estão concluídas ou em andamento, seja na fase de projetos ou de obras iniciais.

### 3. BASE DE PREPARAÇÃO

#### Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, aprovadas em 20 de fevereiro de 2018 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, exceto pelo mencionado abaixo:



## Notas Explicativas

### Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48:

Ativo ou passivo financeiro	Classificação inicial pelo CPC 40	Saldo em 31.12.2017	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Equivalentes de caixa	Ativo financeiro mantido até o vencimento	13.768	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Contas a receber clientes	Empréstimos recebíveis	8.751	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos recebíveis	40	Custo amortizado
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos recebíveis	4.058	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Outros Créditos (*)	Empréstimos recebíveis	162	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	638.377	Custo amortizado
Empréstimos partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	412.516	Custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	24.300	Custo amortizado
Risco sacado	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	954	Custo amortizado
Partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	3.697	Custo amortizado
Taxa de fiscalização	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	399	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	1.143	Custo amortizado

(\*) As aplicações financeiras vinculadas de acordo com a nova classificação do CPC 48 são mensuradas a valor justo por meio do resultado, tendo sido alterada a descrição utilizada na apresentação do trimestre anterior em divulgação na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes: A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Sociedade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

## Notas Explicativas

Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com um cliente – um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos.

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato – um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente.

Passo 3: Determinar o preço da transação – o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente.

Passo 4: Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato – uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato.

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho – uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado à obrigação de desempenho satisfeita.

A Sociedade tem como principais transações a receita de pedágio e a receita de construção. A Sociedade realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos em relação ao reconhecimento atual anterior dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ao usuário, no caso da receita de pedágio, e conforme incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato de concessão, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.

### Metodologia de estimativa de redução ao valor recuperável *impairment*

O CPC 48 introduziu o conceito de Perdas de Crédito Esperadas em oposição às perdas de créditos incorridas na norma anterior. Os ativos financeiros sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) são aqueles mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O objetivo dos requisitos de *impairment* é reconhecer as perdas de créditos esperadas ao longo da vida para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial – seja avaliado individualmente ou coletivamente – considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Sociedade possui concentração em sua carteira de clientes e não possui histórico de perdas em seus instrumentos financeiros. A Administração efetuou uma análise do risco de crédito da carteira e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas em seus recebíveis.

## Notas Explicativas

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.09.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Caixa e contas bancárias	2.403	2.584
Aplicações financeiras (*)	4.674	11.184
Total	<u>7.077</u>	<u>13.768</u>

(\*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 98,54% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, Certificado de Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

### 6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>30.09.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	8.576	7.785
Cupons de pedágio a receber	482	-
Cartões de pedágio a receber	93	367
Receitas acessórias a receber	724	599
Outras receitas a receber	7	-
Total	<u>9.882</u>	<u>8.751</u>

(\*) Conforme nota explicativa nº 24.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

### 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017 é como segue:

**Notas Explicativas**

	30.09.2018		30.09.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(32.928)	(101.390)	(25.717)	(52.073)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	11.196	34.473	8.744	17.705
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	(3)	(44)	(6)	(13)
Total	<u>11.193</u>	<u>34.429</u>	<u>8.738</u>	<u>17.692</u>
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Diferido	11.193	34.429	8.738	17.692
	<u>11.193</u>	<u>34.429</u>	<u>8.738</u>	<u>17.692</u>

**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	<u>30.09.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Diferenças temporárias ativas:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	195.522	101.961
Provisão de participação nos lucros	1.778	2.493
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios (b)	45.532	42.080
Outras provisões	1.286	614
Provisão para manutenção de rodovias	61.890	54.981
Amortização acumulada de obras futuras	-	5.036
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	3.667	3.667
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(6)	(10)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>309.669</u>	<u>210.822</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>105.287</u>	<u>71.679</u>
<u>Diferenças temporárias passivas:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(59.598)	(59.598)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	12.247	9.810
Estorno de capitalização de juros	578	578
Amortização estorno de capitalização de juros	(119)	(96)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	<u>(46.892)</u>	<u>(49.306)</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>(15.943)</u>	<u>(16.764)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>89.344</u>	<u>54.915</u>

a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar

## Notas Explicativas

linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2019	3.866
2020	11.304
2021	11.304
2022	11.304
Após 2022	67.509
	<u>105.287</u>

### 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

#### BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 35% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de setembro de 2018 o saldo é de R\$2.702 (R\$4.058 em 31 de dezembro de 2017), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 95,29% da variação do CDI.

## Notas Explicativas

## 9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2017	1.179	1.592	721	656	3.535	1.184	8.867
Adições	121	1.019	-	7	198	95	1.440
Transferências/reclassificações	-	-	-	1.638	30	(1.278)	390
Alienações/baixas	(25)	-	-	-	-	-	(25)
Saldo em 30.09.2018	1.275	2.611	721	2.301	3.763	1	10.672
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2017	(432)	(482)	(41)	(484)	(879)	-	(2.318)
Depreciações	(86)	(129)	(65)	(115)	(417)	-	(812)
Alienações/baixas	22	-	-	-	-	-	22
Saldo em 30.09.2018	(496)	(611)	(106)	(599)	(1.296)	-	(3.108)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2017	747	1.110	680	172	2.656	1.184	6.549
Saldo em 30.09.2018	779	2.000	615	1.702	2.467	1	7.564
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%		

## Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2016	740	1.030	342	645	1.854	-	4.611
Adições	150	444	-	6	715	85	1.400
Transferências/reclassificações	-	-	41	-	-	-	41
Alienações/baixas	(30)	-	-	-	-	-	(30)
Saldo em 30.09.2017	860	1.474	383	651	2.569	85	6.022
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2016	(356)	(403)	(17)	(424)	(651)	-	(1.851)
Depreciações	(57)	(55)	(14)	(45)	(165)	-	(336)
Alienações/baixas	2	-	-	-	-	-	2
Saldo em 30.09.2017	(411)	(458)	(31)	(469)	(816)	-	(2.185)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2016	384	627	325	221	1.203	-	2.760
Saldo em 30.09.2017	449	1.016	352	182	1.753	85	3.837
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%		

## Notas Explicativas

## 10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.916.533	2.510	232.756	1.205	2.153.004
Adições	28.011	201	41.492	3.211	72.915
Transferências/reclassificações	114.083	-	(114.102)	(371)	(390)
Alienações/baixas	(259)	-	-	-	(259)
Saldo em 30.09.2018	<u>2.058.368</u>	<u>2.711</u>	<u>160.146</u>	<u>4.045</u>	<u>2.225.270</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(234.479)	(634)	-	-	(235.113)
Amortizações	(86.935)	(108)	-	-	(87.043)
Saldo em 30.09.2018	<u>(321.414)</u>	<u>(742)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(322.156)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.682.054	1.876	232.756	1.205	1.917.891
Saldo em 30.09.2018	1.736.954	1.969	160.146	4.045	1.903.114
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			



## Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.192.697	2.102	685.488	1.205	1.881.492
Adições	72.329	266	164.749	112	237.456
Transferências/reclassificações	514.794	-	(514.835)	-	(41)
Saldo em 30.09.2017	1.779.820	2.368	335.402	1.317	2.118.907
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(148.114)	(530)	-	-	(148.644)
Amortizações	(59.329)	(75)	-	-	(59.404)
Saldo em 30.09.2017	(207.443)	(605)	-	-	(208.048)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.044.583	1.572	685.488	1.205	1.732.848
Saldo em 30.09.2017	1.572.377	1.763	335.402	1.317	1.910.859
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a duplicação da BR101/RJ.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2017. A Administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 2018 e concluiu que não possui qualquer indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

No período findo em 30 de setembro de 2018, a Sociedade capitalizou o montante de R\$9.639 (R\$34.218 em 30 de setembro de 2017) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação aos valores principais de dívidas, em 2018 foi de 2,01% ao ano e 5,83% ao ano em 2017.

## Notas Explicativas

### 11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>30.09.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.496	4.496
Consumo	4.298	4.298
Custos contratuais da concessão	3.549	3.549
Depreciações e amortizações	80	80
Conservação da rodovia	10.847	10.847
Serviços de terceiros	1.207	1.207
Tributários	1.240	1.240
Resultados financeiros	(351)	(351)
Outros gastos	(12)	(12)
	<u>25.354</u>	<u>25.354</u>
Amortização acumulada	<u>(23.892)</u>	<u>(22.006)</u>
	<u>1.462</u>	<u>3.348</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

### 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>30.09.2018</u>		<u>31.12.2017</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	66.228	535.290	62.309	581.265
Risco sacado (b)	582	-	954	-
	<u>66.810</u>	<u>535.290</u>	<u>63.263</u>	<u>581.265</u>
Custo de transação	<u>(411)</u>	<u>(4.478)</u>	<u>(411)</u>	<u>(4.786)</u>
	<u>66.399</u>	<u>530.812</u>	<u>62.852</u>	<u>576.479</u>

## Notas Explicativas

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.09.2018	31.12.2017
(a)	Real	BNDES - A	TJLP+2,45%a.a.	dez/24	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	270.848	293.716
(a)	Real	BNDES - B e C	TJLP+2,45%a.a.	nov/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	330.670	349.858
(b)	Real	Risco Sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	582	954
						<u>602.100</u>	<u>644.528</u>

Em 30 de setembro de 2018 o saldo de R\$582 (R\$954 em 31 de dezembro de 2017) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 30 de setembro de 2018, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2019	16.880
2020	71.046
2021	77.043
2022	83.548
Após 2022	<u>286.773</u>
	<u>535.290</u>

O item "h" das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left( \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

## Notas Explicativas

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 30 de setembro de 2018 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. No entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações financeiras trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

### 13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de setembro de 2018 o saldo de R\$13.431 (R\$11.836 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$8.766 (R\$12.464 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

### 14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas, mútuos e debêntures para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 e as transações realizadas em 30 de setembro de 2018 e de 2017, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

**Notas Explicativas**

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.09.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	-	25
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Intervias S.A. (a)	-	15
Total	<u>-</u>	<u>40</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>30.09.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	120.218	-
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	2.352	669
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	4.166	3.028
	<u>126.736</u>	<u>3.697</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	266.135	253.554
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	96.894	158.962
Total	<u>363.029</u>	<u>412.516</u>

## Notas Explicativas

Contas de Resultado:	PERÍODO					
	30.09.2018			30.09.2017		
	Conservação da rodovia (b)	(Despesas)/Receitas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	(Despesas)/Receitas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
Controladora						
Arteris S.A.	-	(25.447)	(3.836)	-	(34.713)	(2.206)
Juros Capitalizados (*)	-	5.723	-	-	13.772	-
Total	-	(19.724)	(3.836)	-	(20.941)	(2.206)

(\*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

  

Contas de Resultado:	TRIMESTRE					
	30.09.2018			30.09.2017		
	Conservação da rodovia (b)	(Despesas)/Receitas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	(Despesas)/Receitas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
Controladora						
Arteris S.A.	-	(9.071)	(2.692)	-	(10.515)	(1.126)
Juros Capitalizados (*)	-	1.649	-	-	4.197	-
Total	-	(7.422)	(2.692)	-	(6.318)	(1.126)

(\*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.

b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

c) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures, de série únicas, não conversíveis em ações, celebradas com a Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Sociedade. Os títulos da 2ª, 3ª e 4ª serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos respectivamente para 10 de abril 2019, 03 de julho de 2019 e 19 de outubro de 2019 respectivamente para cada emissão, já o título da 5ª é remunerado a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos para 21 de maio 2021. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.09.2018		31.12.2017	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
10.04.2015	10.04.2019	CDI + 1,5% a.a.	72.004	31.415	72.004	26.178
03.07.2015	03.07.2019	CDI + 1,5% a.a.	12.000	4.810	12.000	3.961
19.10.2015	19.10.2019	CDI + 1,5% a.a.	35.000	12.191	35.000	9.820
21.05.2018	21.05.2021	CDI + 1,0% a.a.	49.100	592	-	-
			<u>168.104</u>	<u>49.008</u>	<u>119.004</u>	<u>39.958</u>

d) Contratos de mútuos passivos obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir:

## Notas Explicativas

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.09.2018		31.12.2017	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
06.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	12.225	8.000	11.304
27.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	9.000	13.595	9.000	12.566
05.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	6.000	9.014	6.000	8.331
27.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	7.000	10.390	7.000	9.598
05.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	5.000	7.387	5.000	6.823
19.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	11.729	8.000	10.830
13.09.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	18.000	12.315	18.000	10.813
18.12.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	12.891	20.000	11.261
15.01.2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	12.268	20.000	10.728
10.02.2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	12.049	20.000	10.520
15.05.2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	11.272	20.000	9.780
			<u>141.000</u>	<u>125.135</u>	<u>141.000</u>	<u>112.554</u>

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade em 30 de setembro de 2018 no valor de R\$18.483 (R\$63.083 em 30 de setembro de 2017), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do trimestre e período de nove meses findos de 30 de setembro de 2018, a Sociedade reconheceu, respectivamente, os montantes de R\$242 e R\$699 a título de remuneração de seus administradores, adicionado de R\$180 e R\$515 relativos ao rateio da Holding, que totalizam R\$422 e R\$1.214 (R\$410 e R\$1.174 em 30 de setembro de 2017), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.700. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

### 15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação no Resultado - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e os objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$1.778 e R\$2.493.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício.

## Notas Explicativas

Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

### 16. PROVISÕES

#### Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017 é conforme segue:

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.09.2018
Cíveis	25.855	2.546	(229)	(1.300)	-	26.872
Trabalhistas	155	1.010	(38)	(77)	-	1.050
Regulatório	16.070	4	-	(89)	1.625	17.610
<b>Total</b>	<b>42.080</b>	<b>3.560</b>	<b>(267)</b>	<b>(1.466)</b>	<b>1.625</b>	<b>45.532</b>

  

	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.09.2017
Cíveis	1.584	1.433	(2)	(1.487)	-	1.528
Trabalhistas	84	149	(5)	(47)	-	181
Regulatório	14.309	2.450	(2.222)	(62)	1.625	16.100
<b>Total</b>	<b>15.977</b>	<b>4.032</b>	<b>(2.229)</b>	<b>(1.596)</b>	<b>1.625</b>	<b>17.809</b>

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 30 de setembro de 2018, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$17.610 (R\$16.070 em 31 de dezembro de 2017).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e regulatórios ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$5.316 em 30 de setembro de 2018 (R\$4.850 em 31 de dezembro de 2017).

Os depósitos judiciais no montante de R\$2.684 em 30 de setembro de 2018 (R\$4.834 em 31 de dezembro de 2017) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

#### Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.



## Notas Explicativas

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	57	14.638	40.343
Adições/Reversões	(57)	-	25.179
Utilizações	-	(20.850)	-
Ajuste a valor presente	-	-	2.580
Transferências	-	30.773	(30.773)
Saldo em 30.09.2018	-	24.561	37.329

	Circulante		Não circulante
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2016	5.292	15.635	32.828
Adições/Reversões	-	-	8.963
Utilizações	(5.262)	(6.247)	-
Ajuste a valor presente	27	-	2.355
Transferências	-	4.088	(4.088)
Saldo em 30.09.2017	57	13.476	40.058

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2018, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$18.208 (R\$6.247 em 30 de setembro de 2017).

### 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

O capital social subscrito em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$991.789, composto por 625.841.370 ações ordinárias e sem valor nominal integralizados pelo valor de R\$917.789 (R\$886.789 em 31 de dezembro de 2017).

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2018 ocorreram integralizações de capital referente a ata constituída em 21 de agosto de 2017 no montante de R\$31.000.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

#### b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

##### Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

## Notas Explicativas

### Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

### 18. RECEITAS

Estão representadas por:

	30.09.2018		30.09.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	55.901	158.217	50.110	147.429
Receita de serviços de construção	25.072	60.234	41.279	208.131
Outras receitas	368	1.126	674	997
	<u>81.341</u>	<u>219.577</u>	<u>92.063</u>	<u>356.557</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.09.2018		30.09.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	81.341	219.577	92.063	356.557
ISSQN	(2.798)	(7.957)	(2.540)	(7.450)
PIS	(370)	(1.050)	(342)	(999)
COFINS	(1.707)	(4.846)	(1.579)	(4.611)
Outras deduções	(39)	(102)	(6)	(11)
Receita líquida	<u>76.427</u>	<u>205.622</u>	<u>87.596</u>	<u>343.486</u>

**Notas Explicativas****19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	30.09.2018		30.09.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(1.973)	(5.879)	(2.040)	(5.988)
Serviços de terceiros	(461)	(1.333)	(374)	(1.077)
Manutenção de bens e conservação	(287)	(818)	(297)	(742)
Consumo	(376)	(990)	(370)	(1.125)
Transportes	(96)	(305)	(99)	(253)
Seguros / garantias	-	(4)	(2)	(6)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(1.661)	(3.293)	(2.236)	(3.428)
Comunicação e marketing	(240)	(570)	(318)	(794)
Publicações legais	(50)	(232)	(38)	(213)
Depreciação / amortização	(21)	(62)	(22)	(64)
Outros	(431)	(1.021)	(210)	(942)
<b>Total</b>	<b>(5.596)</b>	<b>(14.507)</b>	<b>(6.006)</b>	<b>(14.632)</b>

	30.09.2018		30.09.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(4.665)	(14.234)	(4.530)	(13.272)
Serviços de terceiros	(5.833)	(17.811)	(5.689)	(16.094)
Conservação	(4.226)	(11.857)	(4.386)	(11.626)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(151)	(840)	(248)	(699)
Consumo	(1.009)	(2.961)	(922)	(2.822)
Transportes	(600)	(1.932)	(718)	(2.146)
Verba de fiscalização	(1.230)	(3.680)	(1.197)	(3.569)
Seguros / garantias	(493)	(1.522)	(498)	(1.448)
Provisão de manutenção em rodovias	(8.524)	(25.179)	(4.967)	(8.963)
Custos de serviços da construção	(25.072)	(60.234)	(41.279)	(208.131)
Depreciação / amortização	(30.676)	(89.679)	(25.649)	(61.561)
Outros	(107)	(549)	(98)	(287)
<b>Total</b>	<b>(82.586)</b>	<b>(230.478)</b>	<b>(90.181)</b>	<b>(330.618)</b>

## Notas Explicativas

### 20. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.09.2018		30.09.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	139	396	216	626
Outras receitas	-	292	-	665
Total	<u>139</u>	<u>688</u>	<u>216</u>	<u>1.291</u>

	30.09.2018		30.09.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(19.579)	(56.517)	(15.804)	(47.128)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(938)	(2.584)	(902)	(2.467)
Outras despesas	(392)	(2.568)	(364)	(1.141)
Total	<u>(20.909)</u>	<u>(61.669)</u>	<u>(17.070)</u>	<u>(50.736)</u>

### 21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

#### b) Informações suplementares

	30.09.2018	30.09.2017
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	24.307	20.310
Juros capitalizados	9.639	34.218
	<u>30.09.2018</u>	<u>30.09.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(36.945)	(33.086)

### 22. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	30.09.2018		30.09.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Prejuízo líquido do período	(21.735)	(66.961)	(16.979)	(34.381)
Número de ações durante período (Mil)	<u>625.841</u>	<u>625.841</u>	<u>560.610</u>	<u>496.354</u>
Prejuízo por ação	<u>(0,0347)</u>	<u>(0,1070)</u>	<u>(0,0303)</u>	<u>(0,0693)</u>

## Notas Explicativas

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

### 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme quadro a seguir:

	Nível	30.09.2018		31.12.2017	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	7.077	-	13.768	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	9.882	-	8.751
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	-	40
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	2.702	-	4.058	-
Outros Créditos	Nível 2	-	263	-	162
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	597.211	-	639.331
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	-	483.247	-	412.516
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	22.197	-	24.300
Partes relacionadas	Nível 2	-	6.518	-	3.697
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	410	-	399
Outras contas a pagar	Nível 2	-	2.383	-	1.143
		<u>9.779</u>	<u>1.122.111</u>	<u>17.826</u>	<u>1.090.339</u>

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

#### Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

## Notas Explicativas

### Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

#### 24. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

##### Riscos de mercado

##### a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

##### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 30 de setembro de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e de mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,50%	8,13%	9,75%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(31.124)	(38.906)	(46.687)
Receita de aplicações financeiras	384	479	575
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(30.740)</u>	<u>(38.427)</u>	<u>(46.112)</u>
TJLP	6,56%	8,20%	9,84%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(46.171)	(57.714)	(69.256)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(46.171)</u>	<u>(57.714)</u>	<u>(69.256)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(76.911)</u>	<u>(96.141)</u>	<u>(115.368)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus Banco Central do Brasil - BACEN.

(\*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

## Notas Explicativas

### c) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2018 a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$8.576 (R\$7.785 em 31 de dezembro de 2017) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

### d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
BNDES Automático	7,72%	27.647	110.588	110.588	110.588	464.882	824.293
Capital de giro / Risco sacado	17,18%	582	-	-	-	-	582
Partes relacionadas	11,81%	-	464.031	-	58.509	-	522.540
Fornecedores partes relacionadas	-	6.518	-	-	-	-	6.518
Fornecedores e cauções contratuais	-	13.431	8.766	-	-	-	22.197
Outras contas a pagar	-	2.383	-	-	-	-	2.383
		<u>50.561</u>	<u>583.385</u>	<u>110.588</u>	<u>169.097</u>	<u>464.882</u>	<u>1.378.513</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/10 a 31/12/2018	01/01 a 31/03/2019	01/04 a 30/06/2019	01/07 a 30/09/2019	Total
BNDES Automático	7,72%	27.647	27.647	27.647	27.647	110.588
Capital de giro / Risco sacado	17,18%	582	-	-	-	582
Partes relacionadas	11,81%	-	-	107.188	17.700	124.888
Fornecedores partes relacionadas	-	6.518	-	-	-	6.518
Fornecedores e cauções contratuais	-	13.431	8.766	-	-	22.197
Outras contas a pagar	-	2.383	-	-	-	2.383
		<u>50.561</u>	<u>36.413</u>	<u>134.835</u>	<u>45.347</u>	<u>267.156</u>

## Notas Explicativas

### 25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

### 26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2018, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	92.764

(\*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$6.923.

### 27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 5 e 22 de outubro de 2018 e em 5 de novembro de 2018, a Sociedade recebeu recursos oriundos da liberação parcial da 5ª emissão de debêntures nos montantes de R\$7.000, R\$11.000 e R\$4.000 respectivamente, respaldados pela ata constituída em 21 de maio de 2018 referente a emissão de R\$280.000 debêntures.



## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Fluminense S.A.

#### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações financeiras trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de novembro de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 253932/O-4

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Não foi instalado Conselho Fiscal.

**Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)**

Atualmente a companhia não possui Comitês de Auditoria.

**Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)**

Atualmente a companhia não possui Comitês de Auditoria.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras trimestrais relativas ao terceiro trimestre de 2018 findo em 30 de setembro de 2018.

Niterói-RJ, 13 de novembro de 2018.

### Diretoria

Juan-Gabriel Lopez Moreno

Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Odílio de Jesus Ferreira

Diretor Superintendente

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Niterói-RJ, 13 de novembro de 2018.

Diretoria

Juan-Gabriel Lopez Moreno

Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Odílio de Jesus Ferreira

Diretor Superintendente